POR UMA EXPANSÃO DA DPE-PR CORRESPONDENTE ÀS DEMANDAS DA POPULAÇÃO PARANAENSE: AVALIAÇÃO DOS PLS Nº 05/2021 E 322/2021

Tramitam na Assembleia Legislativa do Paraná dois Projetos de Lei que impactam na organização do atendimento da Defensoria Pública: o Projeto de Lei nº 05/2021 e o Projeto de Lei nº 322/2021.

O **PL nº 05/2021 promove, dentre outros elementos, a criação do Núcleo de Atendimento e Defesa dos agentes de segurança pública do Estado do Paraná**. O PL nº 322/2021, por seu turno, **extingue, 20 (vinte) cargos de Defensores Públicos** atualmente vagos, a fim de criar 90 (noventa) cargos em comissão.

Em ambos os projetos, não houve discussão prévia com a sociedade civil. Além da ausência de participação em sua elaboração, falta correspondência com as demandas da população usuária dos serviços da DPE-PR. Assim, essas propostas representam uma fragilização da expansão da Defensoria paranaense.

Sabemos da necessidade urgente de aumento do quadro de servidores, inclusive assessores jurídicos. Contudo, condicionar a expansão de cargos comissionados em detrimento de cargos dos próprios defensores públicos, **acaba por ser uma atitude resignada de que no futuro não haverá mais defensores/as.**

Como já frisado por essa campanha, é urgente a **equiparação orçamentária e estrutural da Defensoria** em relação aos outros órgãos do sistema de justiça.

Ademais, a característica de livre nomeação e exoneração que é inerente aos cargos comissionados e a falta de apresentação de planos de interiorização da DPE-PR, colocam em risco a transparência da gestão da instituição.

Defendemos projetos de lei e concursos para expansão do número de defensores/as, assessores/as e servidores/as! Nenhum defensor/a a menos, mesmo que seja ainda uma vaga em aberto. É preciso retirar o Paraná do vergonhoso posto de Estado com o menor número de defensores/as públicos por habitantes - realidade que compromete os serviços prestados pela instituição.

Também **carece de maiores discussões a criação do Núcleo de Atendimento e Defesa dos Agentes de Segurança Pública**, ou seja, para defesa exclusiva de policiais civis e militares, dentre outros**.** O Núcleo promoveria um atendimento privilegiado a esses profissionais, **tendo em vistas que os mesmos já contam com o atendimento defensorial, desde que atendidos os critérios**

exigidos a toda a população paranaense (hipossuficiência para os atendimentos cíveis e ausência de advogado para os atendimentos criminais).

Ademais, a Ouvidoria Externa da DPE-PR não registra nenhuma demanda por atendimento especializado a agentes de segurança pública, conforme os relatórios elaborados pela gestão 2019-2021. Em sentido diverso, são recorrentes os pedidos por atendimento específico à população em situação de rua, comunidades rurais e comunidades tradicionais. [1]

Até hoje, alguns dos núcleos previstos na Lei Complementar nº 136/2011 (como Idoso e Pessoa com Deficiência, Consumidor e Meio Ambiente), ainda não foram regulamentados e instituídos. Outros importantes núcleos, já em vigor, atuam com equipe bastante reduzida.

Entendemos que a criação de um núcleo apartado das demandas da população assistida reflete a ausência de participação social no planejamento da instituição. Isto é ainda mais preocupante num cenário de escassez, em que há apenas 108 defensores/as públicos para atendimento de toda a população paranaense.

Diante dessas fragilidades e contradições, somadas à falta de consulta à sociedade civil , defendemos a realização de debates sobre ambos os PLs. **Diante disso, sugerimos que a Assembleia Legislativa adote diligência em face aos dois PLs, em conjunto com a nova gestão da Defensoria Pública-Geral do Paraná, a fim de garantir uma discussão interna e externa de ambas as propostas legislativas.**

Só assim asseguraremos uma expansão sólida da Defensoria, correspondente com a realidade vivenciada pelos paranaenses em situação de vulnerabilidade.

Por mais defensores/as e servidores/as na DPE-PR, mais participação social e mais efetivação de direitos no Paraná!

Assinam essa nota:

Aliança Nacional LGBTI+

Articulação Puxirão dos Faxinalenses (APF)

Associação de Apoio a Moradia de Braganey e Estado do Paraná – AAMPBPR

Associação de Moradores Força AMFM

---

[1] Os Relatórios da Ouvidoria Externa da DPE-PR podem ser acessados em: <https://bit.ly/3kgF9ZA>. Acesso em: 17.set.2021.

Associação de Moradores do Jardim Franciscato
Associação dos Ilhéus do Rio Paraná (APIG)
Associação Nacional de Juristas pelos Direitos Humanos LGBTI+ (ANAJUDH LGBTI)
Centro Acadêmico Horácio Raccanello Filho
Central Única dos Trabalhadores (CUT)
Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS - Direito UFPR)
Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araujo (Cefuria)
Conselho da Comunidade de Apucarana
Conselho da Comunidade da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Conselho da Comunidade de Execuções Penais da Comarca de Maringá
Conselho Regional de Psicologia (CRP-PR)
Conselho Regional de Serviço Social do Paraná (CRESS/PR)
Desencarcera PR
Frente Movimento
Grupo Dignidade
Intervozes – PR
Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico
Instituto Democracia Popular
Labá: Direito, Espaço e Política - UFPR
Liga Brasileira de Lésbicas
Mandato da Professora Liliam – PT
Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)
Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular (MAJUP Isabel da Silva)
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
Movimento de Mulheres Quilombolas do Paraná (MMQPR)
Movimento de Trabalhadoras/es por Direitos (MTD)
Movimento dos Pescadores Artesanais (MOPEAR)
Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais sem Terra (MST)
Núcleo de Defesa de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais (NUPOVOS)
Núcleo de Direitos Humanos PUC-PR
Núcleo de Estudos de Gênero, Diversidade e Inclusão - (NeGeDI - IFPR Campus Curitiba)
Rede Justiça pelos Direitos Humanos no Paraná (RejuDH-PR)
Rede Mulheres Negras do Paraná (RMN-PR)
Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP-PR)
Rede Nacional de Ativistas e Pesquisadoras Lésbicas e Bissexuais (Rede LésBi Brasil)

Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - Regional Paraná

Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais

Sindicato dos Trabalhadores em Educação Público do Paraná (APP-Sindicato)

Terra de Direitos

União de Moradores e Trabalhadores de Curitiba e Região